

REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL COM PESSOAS TRANS

Rafi Nobrega Andrade¹

Natalia Rezende de Araújo²

Nicolas Pustilnick Pires de Carvalho e Albuquerque³

RESUMO

O presente trabalho mobiliza reflexões sobre o exercício clínico no campo psi e os direitos de pessoas trans ao acesso à saúde. Seu objetivo principal parte da necessidade de analisar o contexto atual brasileiro no atendimento psicológico à população trans. Para isso, foram utilizados referenciais éticos, técnicos e científicos, que partiram da epistemologia esquizoanalítica, método cartográfico e de documentos institucionais, como o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Foi realizada uma revisão de literatura que permitiu compreender a complexidade das experiências trans e os desafios enfrentados ao procurar atendimento psicológico, constatando uma série de violências de gênero. Sendo o eixo principal de análise a não responsabilização de pessoas cis no atendimento ético às dissidências, são levantados questionamentos que abordam os desafios e potências dessa questão. Como nos encontramos com as diferenças? Por que pessoas trans são convocadas a ocupar um lugar de cuidado com seus semelhantes? Como a clínica pode promover cuidado em meio à dores e adoecimentos da cisheteronormatividade para pessoas trans? Ao pontuar a importância do espaço clínico ser um meio de legitimação de narrativas e afirmação da vida digna, os resultados preliminares indicam a necessidade de pensar a capacitação de qualquer profissional da Psicologia para fornecer um atendimento ético, sensível e adequado às demandas da comunidade trans. Portanto, a possibilidade de atendimento às suas especificidades não configura uma especialização, mas sim uma demanda necessária para toda a categoria

1 Graduado pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, rafिनobrega@gmail.com;

2 Mestrando pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, nataliarezendearaujo@gmail.com;

3 Especializando pelo Curso de Atendimento das Diversidades Sexuais e de Gênero do Instituto IPPERG em parceria com Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP, nicopustilnick@gmail.com;

se partimos de uma ética que reivindica uma escuta promotora de saúde mental e bem-estar.

Palavras-chave: Transexualidade, Saúde mental, Atendimento psicológico, Capacitação profissional.

INTRODUÇÃO

Atualmente, há que admitir ser recorrente a quantidade de casos clínicos que chegam criteriosamente endereçados a profissionais específicos, a partir de representações identitárias. Nesse movimento, pessoas trans muitas vezes buscam atendimento psicológico com pessoas trans ou, então, profissionais trans são convocados a assumir o lugar de cuidado com seus, supostos, semelhantes. Tal demanda endereçada se fundamenta, na maioria das vezes, no medo dos pacientes em terem sua identidade desrespeitada, seja de maneira sutil e/ou expressiva. O receio vem da dúvida quanto à ética e competência do acolhimento do profissional cis perante um corpo que não se enquadra nos moldes hegemônicos de expressões de existência. E, de fato, esse medo tem fundamento. As autoras Perucchi e Brandão (2019) apontam essa face da Psicologia, que serve como mecanismo de dominação social e cerceamento das possibilidades de subjetividades de gêneros e sexualidades localizadas fora do campo cisheteronormativo. A partir disso, colocam a importância da posição de autocrítica que deve acompanhar o profissional da Psicologia em toda a sua trajetória, justamente no sentido do combate às violências normativantes. É nesse sentido, que o atual texto entende a importância em refletir sobre a compulsividade com que a lógica de atendimento baseado na representação identitária acontece.

O objetivo do trabalho se ancora na necessidade em analisar o contexto atual brasileiro no que tange ao atendimento clínico psicológico à população trans, sendo o eixo principal de análise a não responsabilização de pessoas cis no atendimento ético às dissidências de gênero. São levantados questionamentos que abordam os desafios e potenciais dessa questão: como nos encontramos com as diferenças? Como a clínica pode promover cuidado em saúde para pessoas trans, considerando os efeitos que a cisheteronorma provoca nesses mesmos corpos?

Os princípios que fundamentam o Código de Ética Profissional do Psicólogo convocam a responsabilidade social, análise crítica e histórica da realidade política, econômica, social e cultural imprescindível na atuação de todo e qualquer profissional da Psicologia. Também, ratificam o dever dos profissionais da área de promover saúde, qualidade de vida, respeito, liberdade, igualdade e integridade dos seres humanos e coletividades. Em suma, contribuir para o fim de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Nesse sentido, o presente escrito mobiliza reflexões a respeito do exercício clínico no campo psi e os direitos de pessoas trans ao acesso à assistência em saúde.

Em 2022, o Conselho Federal de Psicologia publicou um censo intitulado *Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro a*

fim de mapear a categoria profissional: questões sociais, educacionais, territoriais, relacionadas ao trabalho, às transformações da profissão que estão em curso e outros. Entre outubro de 2021 e março de 2022, foram consultados 20.207 profissionais da psicologia de todo o Brasil. Para este trabalho, o dado que interessa pegar do censo, é o da autoidentificação dos profissionais. Segundo a pesquisa, a Psicologia é predominada por pessoas que se identificam no gênero feminino (79%), seguido pelo gênero masculino (20%), depois pessoas que se identificam como não-binários (0,7) e, por último, pessoas transgênero (0,3). Logicamente, esses dados podem ser questionados. Ainda mais, tendo em vista como a pergunta foi colocada, já que pessoas trans podem se identificar ao mesmo tempo como feminina, masculino e/ou não binária. No entanto, não entraremos nesse debate aqui. O objetivo do uso desses dados é a constatação da discrepância entre profissionais cis e profissionais trans, na área da psicologia.

Considerando que apenas 1% da amostra do censo se identificou enquanto pessoa não binária ou trans, parece óbvia a compreensão de que psicólogas/os cis também são responsáveis pelo atendimento às transidentidades. Infelizmente, essa noção ainda é muito frágil se comparada à força da epistemologia cisheteronormativa que ancora muitas teorias e práticas psicológicas até hoje. Embora já estejam disponíveis em diversos espaços a Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans (2013), a Resolução 01/2018 e, mais recentemente, as Referências Técnicas Para Atuação De Psicólogas, Psicólogos E Psicólogues Em Políticas Públicas Para População Lgbtqi+ (2023), ainda é muito parco o conhecimento geral das/os psicólogas/os sobre questões de gênero e sexualidade. Dessa maneira, o acesso de pessoas trans a uma assistência ética, sensível e adequada em saúde mental torna-se mais escasso, já que se produz uma falsa ideia de que apenas pessoas trans têm condições (e dever) de realizar atendimentos com pessoas trans.

Por isso, a importância deste trabalho. O objetivo é colocar em evidência que as epistemologias cisheteronormativas que embasam os discursos e práticas psicológicas produzem violência, exclusão e patologização não apenas de pacientes, mas, também, de profissionais trans na medida em que a lógica da demanda, baseada em representações identitárias, opera.

METODOLOGIA

Para realização do trabalho, foi utilizado do método cartográfico e da revisão de literatura de alguns documentos institucionais, como o Código de Ética Profissional do Psicólogo, a Resolução 01/18 do CFP, além de notas e referências

técnicas produzidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia. Rolnik (2016) aponta que na cartografia devemos estar atentos às estratégias do desejo. Buscamos então, com nossas vivências e experiências clínicas, cartografar os territórios existenciais e nos atentar para os nossos fluxos desejantes nesta pesquisa. Compreendemos a cartografia, com base nos trabalhos de Rolnik (2016), como processo de produção de conhecimento que não está dado a priori, mas que se realiza no encontro com o outro. Uma cartografia dos movimentos desejantes desobedientes do gênero imposto ao nascimento: pessoas trans. Uma cartografia das práticas de cuidado em saúde mental com pessoas trans. A cartografia nos convoca para uma postura de abertura que foge de uma rigidez instituída. Rolnik (2016) apresenta uma proposta de realização de cartografias sentimentais objetivando traçar diagramas do afetar e ser afetado. Os processos de subjetivação dos corpos trans que desejamos cartografar acontecem em coletividade e no contato com a multiplicidade dos modos de existência. Aqui, desejamos enfrentar o desconforto que é não saber; desorganizar estruturas, desconhecer pressupostos e ficar com a incerteza dos processos. Nesse sentido, como psicólogos ao invés de ocuparmos a posição de quem revela sentidos de mundos que estão se fazendo, nos posicionamos como suporte dos movimentos de expansão e expressão (ROLNIK, 2016). “O Cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar” (ROLNIK, 2016, p.65), pois a antropofagia se faz de experimentação e improvisação na criação de novos territórios (ROLNIK, 2016). A revisão de literatura caracteriza-se pelo uso e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, teses, dissertações, sensores, resoluções e artigos científicos; sem recorrer diretamente aos fatos empíricos. Isso nos permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação. A revisão de literatura permite uma análise minuciosa dos trabalhos publicados num determinado período, facilitando a sistematização do tema. A intenção foi, então, construir um referencial teórico que pudesse subsidiar a análise sobre a dimensão das práticas de cuidado em saúde mental com pessoas trans. Foram analisados documentos em âmbito nacional de 2005 até 2023.

REFERENCIAL TEÓRICO

Foucault (1966) aponta que o estabelecimento da modernidade, por volta do século XIX, ocorre de forma concomitante ao nascimento das ciências humanas na Europa. Na visão do autor, o que permitiu o surgimento de disciplinas como a Psicologia foi o fato de que a episteme que organizou os saberes dessa época se constituiu enquanto fator historicidade, fazendo com que o sujeito deixasse de ser

atemporal e se tornasse histórico, determinado e passível de se tornar objeto de estudo. Posto isto, pode-se afirmar que a Psicologia surge a partir de um arranjo de conhecimento específico e é produto de um segmento histórico ocidental europeu marcado pelo sistema moderno/colonial (BERNARDINO-COSTA; GROS-FOGUEL, 2016).

Desde o contexto histórico da colonização, as formas de experienciar e significar os corpos em sua relação com o mundo foram cristalizadas e referenciadas em torno de um modelo universal de um Eu humano, branco, cisgênero, heterossexual, endossexo, sem deficiência, neurotípico e demais categorias associadas a subjetividade dos corpos entendidos como paradigmas da existência, em conjunto com processos que submetem os entes do mundo à um ideal de desenvolvimento sócio-técnico capitalista.

Nesse cenário, entendendo a colonialidade enquanto fundante da sociedade moderna, os corpos que desviam desses padrões existenciais seguem marginalizados e submetidos a condições precárias nos mais diversos campos que perpassam suas vivências ao longo dos séculos. Dentro dos dispositivos modernos que regem a vida social, as relações de poder foram articuladas de forma a invisibilizar e perpetuar estruturas que violentam e excluem corpos dissidentes do paradigma de desenvolvimento da modernidade colonial. Nesse sentido, os saberes que emergem nesse contexto atuam para sistematizar a norma, ao passo que as estruturas institucionais validam a posição privilegiada de verdade desses discursos.

Desde o seu surgimento, o campo da Psicologia e Psiquiatria fomentaram uma estrutura colonizatória para conceber as subjetividades, partindo de teorias, práticas e diagnósticos que sustentam uma noção de ciência universal, neutra, homogênea e individualizante (HARAWAY, 1995). Historicamente, os corpos cisheterossexuais brancos vem ocupando um lugar hegemônico no conhecimento, produzindo relações de poder onde os corpos que diferem das normativas cisheterossexistas se tornam objeto de estudo, sujeitos a normatização e marginalização.

Assim, a produção teórica-política da Psicologia influencia tanto o domínio do simbólico cultural como o domínio material das práticas institucionais, apresentando uma grande relevância na construção do imaginário social e da forma como se estruturam as relações. Quando falamos em ética dentro do campo psi, estamos nos referindo a não só seu arcabouço teórico-prático, mas também a como a produção desse campo está diretamente ligada a todo o escopo do tecido social.

Mesmo com o avanço dos movimentos sociais e a insurgência da teoria queer no século XX (PRECIADO, 2011), que promovem uma progressiva insurgência das narrativas dissidentes, a formação e atuação de profissionais psi segue sendo

marcada de forma hegemônica por uma deslegitimação dos modos de existência singulares (LAPOUJADE, 2017) de pessoas trans. Portanto, dentro do campo da saúde coletiva e do cuidado, precisamos urgentemente olhar para as demandas desses corpos, que deixam de acessar seus direitos por conta de sistemáticas violências dentro do sistema de saúde (LEMOS, 2020).

Em um sistema histórico-político que sucessivamente orquestrou o adoecimento de copos trans dentro de espaços que não reconhecem sua existência enquanto digna, nós caminhamos em direção a uma apropriação subversiva da prática clínica. Como imaginar novas perspectivas clínicas que cuidem da singularidade plural dos corpos? É que nos cansamos do discurso hegemônico de cuidado nas ciências psi que se pauta na marcação da diferença em um lugar de outridade. O cuidado, nesse sentido, perpassa por uma dinâmica de controle, na medida em que se propõe a rapidamente capturar o discurso a partir da diferença.

Os processos de patologização das transgeneridades dentro do campo psi, que inclusive têm sua grande influência no movimento de nos afastar do espaço clínico enquanto analistas, estão intimamente ligados com o processo de sexualização das corporalidades enquanto dado biológico e imutável. Portanto, toda teoria, principalmente a psicanálise hegemônica, que parte do dimorfismo sexual enquanto molde existencial, é responsável por tirar de pessoas trans a dignidade de reivindicar sua existência no mundo.

Como as narrativas trans tensionam estruturas psicológicas engessadas e produzem incômodos nas verdades científicas? Suas histórias denunciam a construção de uma imagem monstruosa (PRECIADO, 2022) de suas experiências, pautadas na deslegitimação, patologização e desconhecimento sobre suas especificidades (PFEIL; PFEIL, 2021). Assim, a proposta do presente trabalho é mapear o campo do cuidado em saúde mental direcionado à corpos trans, de forma a ampliar os horizontes da formação e prática clínica. A questão das vidas trans é de ordem coletiva e exige a dedicação e capacitação de qualquer profissional que deseja oferecer um serviço em saúde mental.

Não se podem subestimar, contudo, os significados políticos dos debates provocados pela simples existência de pessoas trans, os quais implicam rediscussão de rotinas e protocolos institucionais consolidados, como os de atendimento, conduta profissional, sigilo, privacidade etc. Elas geram deslocamentos: pessoas que jamais inscreveram as relações de gênero e a sexualidade em seu horizonte reflexivo passam, ao menos temporariamente, a considerá-las e a discutir condutas discriminatórias que reconhecem em si e nos demais, e nos extremos dessa abertura ao diálogo, o modelo de sociedade ambicionado. (ALMEIDA, 2012, p.519)

Nesse sentido, quando um Código de Ética Profissional estabelece padrões esperados para as práticas da categoria, tem em vista fomentar a autoreflexão dos indivíduos acerca de suas *práxis*, de modo que se responsabilize, pessoal e coletivamente, pelas ações e consequências do exercício profissional (CFP, 2005). Isso já aponta para um dever da Psicologia, enquanto disciplina que se propõe comprometida com a saúde física e mental dos sujeitos, a repensar de forma crítica uma série de violências (re)produzidas em um contexto marcado por assimetrias socioculturais naturalizadas que hierarquizam a forma de experienciar o corpo e a subjetividade.

Além de, na média, não saberem sequer como se dirigir a esse público, os profissionais de saúde, não somente os da área médica, tendem a generalizar tratamentos para pessoas trans, desconsiderando suas particularidades, ou considerando, iniquamente, que todas as suas demandas de saúde se restringem ao processo transgenitalizador. (DE JESUS, 2016, p.198)

Por mais que o objetivo principal não seja de normatização da atuação e sim de apontar reflexões sobre valores relevantes para o campo no nosso contexto sócio-histórico específico, entendemos que o Código se baseia em alguns pilares que devem se fazer presentes em qualquer prática psicológica independente da linha seguida, como a afirmação e defesa da vida em sua pluralidade irreduzível e seus direitos fundamentais dentro de uma sociedade democrática.

Em consonância com o argumento anterior, afirma-se que a psicóloga/o deve trabalhar com vista a “promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005). Portanto, o desenvolvimento desse campo científico deve estar comprometido com a garantia de direitos e respeito à vida.

A partir de nossas vivências enquanto psicólogos/os transmasculines/os, nos questionamos porque chegam para nós tantos encaminhamentos de casos de outras pessoas trans. Ou, ao contrário, porque chegam a nós majoritariamente pessoas trans que estão buscando espaços de acolhimento dentro do campo da saúde mental. Será que apenas nós, enquanto comunidade, podemos ofertar um cuidado ético e responsável com outras pessoas trans? Em sua maioria marginalizadas, muitas dessas pessoas não podem arcar com os custos altos da clínica individual. Por que pessoas cis atendem majoritariamente outras pessoas cis que podem arcar com os custos da clínica? Certamente os dados não são coincidência.

Além disso, as narrativas de violência dentro do consultório são inúmeras quando falamos de um profissional cis atendendo uma pessoa trans. Não existem

espaços seguros - o que existe é a necessidade de uma formação e capacitação ampliada para que todos os profissionais da Psicologia possam oferecer um cuidado e uma escuta ética com outro corpo trans. Criar a ideia de um espaço seguro, onde uma pessoa trans deveria atender outra pessoa trans, apenas perpetua a desresponsabilização de pessoas cis com a marginalização das transgeneridades. Os profissionais cisgêneros, de acordo com o próprio código de ética que rege nossa profissão, devem ser igualmente instruídos e sensíveis para atender qualquer diversidade. Isso não significa que seja preciso dar conta de todas as questões, mas ter a sensibilidade de escutar um corpo que pode muitas vezes questionar o seu lugar de analista.

É poder arcar com os custos, financeiros, materiais e psicológicos, de entrar em contato com uma violência cruel e que, muitas vezes, tem como representação máxima aquele corpo que escuta. Porque apenas pessoas trans devem lidar com a violência e precarização dirigida a elas próprias?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando consideramos o atendimento psicológico e clínico como um dispositivo que legitima as narrativas e afirmação de existências, deveria ser instântaneo o entendimento de que pessoas trans devem ter acesso a estes espaços. Por acesso, falamos de acolhimento ético, sensível, adequado às demandas do sujeito e que possa servir como ferramenta de apoio para a compreensão da autenticidade de sua existência (CFP, 2013). Só que, quando nos confrontamos com a epistemologia cisnormativa que baseia muitas teorias e práticas psicológicas, percebemos que a Psicologia diversas vezes psicologiza, violenta e/ou exclui pessoas trans

Dessa forma, os resultados do trabalho apontam para a urgência em ampliar o número de profissionais em Psicologia capacitados para atender demandas que atravessam pessoas trans.

Por psicólogas/os capacitadas/os para este atendimento nos referimos à compreensão e legitimação, por parte dos profissionais de psicologia, da autodeclaração das transidentidades e do combate às práticas de terapias de conversão. Falamos de profissionais que tenham em vista que processo de hormonização, retificação do registro civil e cirurgias não configuram os únicos temas que atravessam essas existências. Pessoas trans são sujeitos ativos que se afetam, que amam, que sentem raiva, que habitam determinado território, possuem uma rotina, assim como qualquer outra pessoa. Ainda que seja importante considerar que todas as suas vivências partem do marcador social que carrega consigo.

Outro aspecto importante é a possibilidade de nomear, localizar e questionar as identidades ditas naturais e refletir sobre a lógica cisheteronormativa. Se perguntar como ela opera, como se sustenta e quais violências ela provoca sobre corpos não cis. Um exemplo de prática opressora cotidiana advinda dessa lógica, que principalmente psicólogas/os cis têm adotado, são os encaminhamentos compulsórios para profissionais trans, de casos de pessoas trans que só podem pagar um valor social pelo atendimento. Será que isso mostra como profissionais cis não se sentem responsáveis e/ou preparadas para atender esses casos? Mas, seria uma pessoa trans qualificada a atender outra pessoa trans só por se identificarem como não-cis? Decerto essa postura evidencia como no imaginário social o profissional trans pode receber menos por seu trabalho em nome da empatia. Infelizmente, essa situação apenas retroalimenta a precarização do trabalho e assistência em saúde de pessoas trans.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a maioria dos profissionais formados em Psicologia se identificam como pessoas cis, marcamos a importância dessas pessoas repensarem sua prática de cuidado com a população trans, de modo a não reproduzir tais violências e seguir no caminho de novas possibilidades de subjetividades.

Um caminho indicado pelo CFP no sentido de superação dessa ideologia cisheteronormativa, além da escuta de pessoas trans, é o aprofundamento de psicólogas/os em pesquisas e estudos no campo de gênero e sexualidade. Assim, acreditamos ser possível compreender, com embasamento teórico, a ideologia cisheteronormativa que atravessa o campo da Psicologia e caminhar no sentido de contruir novos arcabouços teóricos e práticos para superá-la.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, p. 513-523, 2012.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Brasília: Revista Sociedade e Estado*, v.12, n. 1, jan./abril. 2016. p. 15-24.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans.** Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população lgbtqia+,** Brasília: CFP, 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n.º 01/18,** Brasília: CFP, 2018.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Medicina: uma ciência maligna? Debate psicopolítico sobre estereótipos e fatos. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 195-204, 2016.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** 1966.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de Mariza Côrrea. São Paulo: cadernos pagu, 1995, p. 7-41.

LAPOUJADE, David. **Existências mínimas.** São Paulo: n-1, 2017.

LEMOS, Kaio Souza. O corpo transmasculino como um campo de batalha: espaços de narrativas e construções tecno-semióticas. *Revista Estudos Transviades*, v.1, n.1, p. 119-127, 2020.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 132-153, 2016.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho. A formação em Psicologia e a emergência da Psicologia Crítica no atual contexto brasileiro: desafios na atuação frente à diversidade sexual e de gênero. In: FERRÃO, Dalcira; DE CARVALHO, Lucas Henrique; COACCI, Thiago (orgs.). **Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo.** Belo Horizonte, MG: CRP 04, p. 36-59, 2019.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. Reflexões sobre transmasculinidades e preservação da vida: os impactos da deslocalização. **Revista Estudos Transviades**, v.2, n.3, p. 50-59, 2021.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.